

NIETZSCHE: UM EXAME ACERCA DO VALOR NATURAL DO EGOÍSMO EM CONSONÂNCIA COM A DOCTRINA DO ETERNO RETORNO DO MESMO

RAFAEL DOS SANTOS RAMOS¹; CLADEMIR LUÍS ARALDI²

¹Universidade Federal de Pelotas1 – rafaelfilosofi@gmail.com1

²Universidade Federal de Pelotas2 – clademir.araldi@gmail.com2

1. INTRODUÇÃO

Perscrutaremos a crítica da moral elaborada por Nietzsche a partir das obras do período intermediário passando pela *Genealogia da moral* até aportarmos em *Crepúsculo dos Ídolos*, cap. IX, seção 33; projetamos obter elementos que propicie uma genealogia da “razão prática”, a partir do diagnóstico nietzschiano da impossibilidade afirmativa das ações desinteressadas e a experimentação do maior de todos os pesos, a saber, o eterno retorno do mesmo enquanto um modo de incorporação de uma norma, ou ainda, como “imperativo ético”. Assim, buscamos aprofundar o seguinte problema: como é uma norma de uma perspectiva nietzschiana?

Os resultados deste ensaio não têm por objetivo encerrar a questão, mas sim trazer algumas perspectivas de Nietzsche, enquanto ferramenta crítica aos critérios objetivos que sustentam as normas morais dos modelos teóricos deontológicos. Ademais, buscar-se-á descrever a crítica de Nietzsche a noção de razão cunhada pela tradição, em especial (e portando de antemão a noção nietzschiana de ficções regulativas), analisamos sua objeção sobre algum tipo de uso inteiramente puro da razão, destacando o criticismo de Kant em sua obra *Crítica da razão pura*, onde é possível conferir o intento kantiano em demarcar certa distinção entre as capacidades “pura” e “prática” da razão, nesta acepção, a racionalidade operaria sob interesses distintos, o que clarificaria certa singularidade instrumental entre a esfera do conhecimento e a da moral.

Em nossa abordagem, acabamos por não evitar certa “oscilação histórica” em relação às obras de Nietzsche. No entanto, é no entremeio de uma breve apresentação sobre o conhecimento e a moral, que pesquisamos elementos para uma genealogia da “razão prática”, em seguida, descrevemos como o autor desenvolve a hipótese de uma “norma” ser “incorporada” em conformidade com a forma peculiar que avalia e interpreta o mundo, para isso buscar-se-á apresentar em diferentes contextos de sua literatura filosófica, certa “tipificação” do indivíduo a partir dos conceitos – *forte* e *fraco*, nosso esforço em relacionar estes conceitos com outros tão importantes (para compreender suas obras), será em especial, comparar o exame sobre o *valor natural do egoísmo* (capaz de decifrar aquele tipo forte fisiologicamente), com o exame do resultado da prerrogativa da doutrina do *eterno retorno do mesmo*.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica que nos servimos aqui é de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, que visa oferecer algumas bases teóricas sobre filosofia moral, em especial, à crítica de Nietzsche sobre a tradição moral, no entanto, procuramos ultrapassar sua concepção crítica, buscando elementos em sua literatura filosófica que possa dialogar com os problemas contemporâneos do âmbito da epistemologia moral.

Disputar acerca do conceito de razão e sua capacidade instrumental; destacar o caráter naturalista do egoísmo, e; descrever a relação dos humanos com suas “ficções regulativas”, destacando os modos de experimentação do eterno retorno do mesmo, corrobora para a possibilidade de conceber Nietzsche para além de um ceticismo moral, pois enquanto um teórico que explora às dimensões construtivista e contextualista, seu perspectivismo (ainda que niilista), se não permite um modelo ético, pode ao menos contribuir no cenário contemporâneo, pois além de sua crítica em vários aspectos manter-se firme até os dias de hoje, é na dimensão estética da existência, que o autor destaca certa vulnerabilidade da sensibilidade em relação aos critérios objetivos de universalização e justificação em geral, que podem impedir ou não a criação de novos valores, ou ainda, seu projeto de transvaloração de todos os valores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa visa primeiramente explicar alguns conceitos da Filosofia de Nietzsche pertinentes ao tema aqui proposto, e avaliar a sua relevância para a constituição de um “novo” registro moral. Ademais, diante das discussões atuais acerca de questões polêmicas como a questão do aborto, da eutanásia, da relação dos humanos com meio ambiente, etc., espera-se com esta pesquisa oferecer bases teóricas que contribuam com os debates e reflexões acerca de dilemas práticos de nosso cotidiano, de modo que partindo da Filosofia possamos dialogar também com a Psicologia, a Antropologia e outras áreas afins.

Para Nietzsche o corpo é prova do *devir*, o absoluto fluxo das forças, está afirmativa torna toda pretensão humana de fixidez – uma ilusão. O desenvolvimento da linguagem e da moral, quando analisadas de perto expressam minuciosamente algumas nuances de tal ilusões ou erros, a própria noção de consciência é também um exemplo disso, em *A gaia ciência* (livro I, §. 10 e §.11) Nietzsche apresenta seu projeto de “incorporação do saber”, onde explícita que durante a evolução e a história incorporamos erros fundamentais em nossa cognição, de tais erros emergem as “ficções regulativas” que no transcorrer da história do mundo foram elementares para constância da vida (entendida como vontade de potência), o engendramento destas “ficções regulativas” ou ideias fixas, teriam contribuído para que o humano, negasse aquela afirmativa que o põe no mesmo status de todos os outros seres vivos, ou seja, aquela de que a sua única realidade é o corpo, com suas pulsões organizadas hierarquicamente obedecendo assim, a lógica da *vontade da potência*, esta deve ser concebida tanto psicológica quanto fisiologicamente. Em *Para além de Bem e Mal*, §.23 Nietzsche funde a psicologia e fisiologia em fisiopsicologia e nesta acepção, o corpo se comparado a mera introspecção ofereceria certo privilégio metodológico para uma análise filosófica.

A razão concebida por Nietzsche na multiplicidade de instintos de um indivíduo, se comparada a interpretação atribuída por Kant em sua obra *Crítica da razão pura*, onde a racionalidade caracterizar-se-ia ao se despor a operar sob diferentes interesses da razão e nisso é marcado o ponto de ruptura entre o uso da razão pura e o uso da razão prática, na primeira com o interesse de estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento válido, o que para Kant só é possível na esfera dos *fenômenos* onde atribui o conceito de causa como conceito constitutivo do conhecimento; já em seu interesse prático, a razão lidaria com princípios regulativos dos quais ela não é legitimada a conferir alguma intuição via intelecto, ou seja, o interesse prático da razão se dá na dimensão em que Kant suprime o conhecimento para dar espaço aos erros (crenças), neste

âmbito as ideias da razão enquanto princípios regulativos como Deus; imortalidade da alma; mundo; ou liberdade, seriam (se comparado ao que se pode conhecer), erros da razão, a isto Kant chamou de *nomenos* objetos dos quais não podemos conhece-los, no entanto, enquanto exercendo certa legitimidade que a razão atribui aos erros, estes postulados pela razão podem ser pensados.

Esta marca kantiana que expressa a distinção daquilo que podemos conhecer, separando daquilo que podemos pensar, deve nos auxiliar se comparada a concepção nietzschiana sobre o que chamamos aqui de ficções regulativas, pois, na concepção nietzschiana a razão não é capaz de uso inteiramente puro, sua capacidade de instrumentalização revela o engano atribuída a ela pelos teóricos da tradição, partindo desta crítica, Nietzsche nega a possibilidade de algum tipo de conhecimento totalmente puro, que seja isento das demandas práticas.

A compreensão das ações desinteressadas como por exemplo o altruísmo, se comparada com algum conhecimento objetivamente válido, como por exemplo a noção de verdade, poderiam representar de modo didático o que podemos designar como “ficções regulativas”, pois para o autor o conhecimento está sobre as bases da moral, esta última quando examinada de perto, aportaria na justificativa de uma espécie de vaidade naturalizada a partir de uma dimensão estética da existência, disso se segue que, dependendo da perspectiva avaliadora, nota-se também um tipo de egoísmo específico, cujo a partir da ótica da fisiopsicologia, em **CI** (cap. IX, seção 33), seria possível examinar o valor natural do egoísmo, ou seja, poder-se-ia saber se tal egoísmo, “pode valer muito” ou “carecer de valor e ser desprezível”.

Nossa interpretação sobre as ideias fixas (seja o conceito de verdade, seja o conceito de altruísmo, etc.), se não concebidas enquanto “ficções regulativas”, podem obscurecer e até inverter os “valores naturais” do forte fisiologicamente; na experimentação do eterno retorno do mesmo (em **GC**, liv. IV, p.230), também podemos evidenciar os tipos forte e fraco (tais tipos não são essenciais, mas construídos), eles demonstram dois caminhos para responder como é uma norma, pois, grosso modo, ao experimentar uma norma: o forte agrega os instintos ou forças da vontade de potência, em quanto o fraco, numa dinâmica contrária desagrega seus instintos, e assim, caracteriza o fenômeno existencial de uma vida tal qual um animal de rebanho, culminando na formação, da mais funesta doença, a saber, a “má consciência”.

4. CONCLUSÕES

Se considerarmos o processo que resulta em uma nova configuração do indivíduo após se submeter a prerrogativa do *eterno retorno do mesmo*, interpretado como experimentação de uma norma moral, analogamente a uma “ficção regulativa” de qualquer esfera, teremos dois caminhos para aludir como é uma norma, aquela do *fraco* do animal de rebanho que é avesso e rejeita o *maior de todos os pesos*, em contraste daquele outro caminho, em que se sente um regozijo e se adere com alegria a repetição de tudo o mais.

Disso concluímos ser possível detectar a dinâmica de uma norma sob dois caminhos distintos, dos quais aqui buscamos mostrar atenuando a reflexão do exame do *valor natural do egoísmo* em consonância com a doutrina do *eterno retorno do mesmo*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARALDI, Clademir Luís. **Nilismo, Criação, Aniquilamento: Nietzsche e a Filosofia dos extremos**. São Paulo, Ijuí; Discurso Editorial, Editora Unijuí, 2014. (Col. Sendas & Veredas).

ARALDI, Clademir Luís. Para uma caracterização do nilismo na obra tardia de Nietzsche. **Cadernos Nietzsche**, v. 5, p. 75 - 94, 1998.

AZEREDO, Vânia Dutra de. **Nietzsche e a aurora de uma nova ética**. São Paulo, Ijuí: Humanitas, Fapesp, Unijuí, 2008.

ITARARICA, André Luís Mota, Nietzsche e Paul Rée: o projeto de naturalização da moral em Humano demasiado humano. **Dissertatio**, v. 38, p. 57-77, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**; tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Cia das Letras. 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**; Tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. _ São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**; tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza São Paulo: Cia das Letras. 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**; tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Cia das Letras. 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo**; tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Cia das Letras. 2006

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica** / Friedrich Nietzsche; tradução notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano demasiado humano: um livro para espíritos livres** / Tradução, notas e posfácio Paulo Cesar de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RUBIRA, Luís. **Nietzsche: do eterno Retorno do mesmo à Transvaloração de todos os Valores**. São Paulo: Barcarolla, Discurso, 2010. (Col. Sendas & Veredas).